



Pro PALOP-TL ISC

Projeto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste



Pro PALOP - TL ISC NEWS

Um Projeto inteiramente financiado pela União Europeia

Ano 1, Número 0 | Julho - Dezembro 2014

REDE DAS MULHERES PARLAMENTARES DE CABO VERDE PEDE RECURSOS ADICIONAIS PARA O PROGRAMA “REFORÇO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO



No dia em que se comemorou o dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, 25 de Novembro de 2014, a Rede das Mulheres Parlamentares de Cabo Verde (RMPCV) propôs durante as discussões no Parlamento sobre o Orçamento Geral do Estado para 2015, **a alocação de 45 milhões de ECV adicionais** (equivalente a aproximadamente 425,227.24 EUR) para o programa “**Reforço da igualdade e equidade de género**”.

Esta ação, planificada no quadro do Pro PALOP-TL ISC, em parceria com o escritório da ONU Mulheres em Cabo Verde, teve como objetivo principal a análise do orçamento sensível ao género, permitindo a identificação e reflexão sobre a necessidade de colmatar as disparidades de género nas políticas governamentais sectoriais e locais, os planos e intervenções nos orçamentos, assim como analisar o impacto diferencial entre homens e mulheres e as políticas para aumentar a renda e alocação de recursos internos.

A **Análise do Orçamento do Estado para 2015 a partir da abordagem de género** feita pela referida Rede tem mostrado o seguinte:

- As verbas alocadas para a implementação da Lei são apenas de **12.963.360 ECV** (equivalente a aproximadamente 122,541.23 EUR), exclusivamente provenientes de donativos;
- O total do esforço financeiro consagrado para a “Promoção de igualdade de género”, incluindo a implementação da Lei, ascende a 31.303.894 ECV, (equivalente a aproximadamente 295,942.75 EUR) o que representa apenas um **0,06% do OE 2015**.

- A implementação do Plano de Luta contra a Violência Baseada no Género e do Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG), além de outras medidas a ser implementadas por outras entidades sectoriais, precisa de uma dotação de **62.708.867 ECV** (equivalente a aproximadamente 592,849.68 EUR) no programa “Reforço da igualdade e equidade de género”

De realçar que estes **recursos adicionais que representam 0,08% dos 56.863.467.933 ECV** (equivalente a aproximadamente 537,666,104.06 EUR) do OE 2015 tem suas fontes próprias de financiamento, como estabelecido pela própria Lei nº 84/VII/11 que estabelece que “15% das receitas geradas pela administração de bens móveis aprendidos ou declarados perdidos a favor do Estado devem reverter para o Fundo de Apoio à vítima de Crime de Violência Baseada no Género”.

Desde que a Lei Especial sobre Violência Baseada no Género (VBG) tornou-se efetiva em Março de 2011, a RMPCV vem fiscalizando o seu cumprimento, com o apoio do Pro PALOP-TL ISC. Esta fiscalização legislativa incluiu visitas ao terreno em todos os concelhos do país que permitiram identificar os desafios para o cumprimento das metas da aplicação desta Lei, nomeadamente o funcionamento das casas de abrigo e do fundo de apoio à vítima, o programa de agressores, assim como melhorar a articulação entre as diversas instituições ligadas a esta matéria.



ÍNDICE

	PÁGINA 1
Rede das Mulheres Parlamentares de Cabo Verde	
	PÁGINA 2
Editorial	
Reunião do Conselho Diretivo das ISC da CPLP	
	PÁGINA 3
Formulação dos planos de trabalho	
Implementação do sistema de informação legislativa e parlamentar (SILP)	
	PÁGINA 4
Arranque PTA de Moçambique	
Pro PALOP TL ISC: Entrevista	
	PÁGINA 5
Pro PALOP TL ISC: Entrevista	
“Ética e deontologia profissional na auditoria pública”	
	PÁGINA 6
Audição parlamentar multipartidária no setor da justiça em Cabo Verde	
Visitas no terreno as ilhas de Sal Santo Antão	
	PÁGINA 7
Pro PALOP-TL ISC 2015: grandes eventos	
Calendario das principais actividades nacionais – Janeiro Março 2015	



Editorial

O Projeto de Reforço das Capacidades Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo, Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das Finanças Públicas nos PALOP e em Timor-Leste, Pro PALOP-TL ISC, projeto **inteiramente financiado pela União Europeia por um montante de 6.400.000 EURO e administrado pelo PNUD por um período de 3 anos**, é um projeto com fortes probabilidades de sucesso.

Isto porque o Pro PALOP-TL ISC revela uma estratégia inspirada e ancorada numa história partilhada de processos, práticas institucionais, quadros legais, laços culturais e de irmandade que unem os Países Africanos de Língua Portuguesa e Timor-Leste.

Uma **estratégia inclusiva**, onde todos os beneficiários são envolvidos num processo de formulação dos planos operacionais de trabalho para a promoção do controlo externo e independente das finanças públicas, através de um **sólido processo de conceção e identificação de necessidades** que faz da cooperação inter-institucional sul-sul, da troca de experiências e aprendizagem entre pares os principais instrumentos para o desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais.

O Pro PALOP-TL ISC passou por um **longo e consistente processo de formulação**, marcado por uma metodologia bem estruturada e inclusiva que evoluiu paulatinamente de uma aprofundada análise documental dos principais relatórios e indicadores sobre a governação económica e gestão das finanças públicas, caracterizadores dos países beneficiários, para uma avaliação sistematizada das capacidades institucionais, humanas e financeiras de cada uma das instituições beneficiárias para o exercício eficaz do controlo externo e fiscalização das contas públicas nos PALOP e em Timor-Leste.

O Pro PALOP-TL ISC reflete a realidade dos seus beneficiários no domínio do controlo externo das finanças públicas: os recursos humanos, as instituições públicas, os atores não estatais, etc.,. É por se tratar de um projeto profundamente ancorado nas práticas institucionais, bem alinhado com os quadros legais e melhores práticas, inserido na idiossincrasia e cultura dos PALOP e de Timor-Leste, o **Pro PALOP-TL ISC será um sucesso!**

Unidade de Gestão do Projeto Pro PALOP-TL ISC

PRO PALOP-TL ISC PARTICIPA NA REUNIÃO DO CONSELHO DIRETIVO DAS ISC DA CPLP



A convite do Conselho Diretivo da Organização das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP), o Pro PALOP-TL ISC participou na VIII Assembleia Geral da referida Organização, realizada entre os dias 16 e 19 de Setembro, em Brasília, Capital Federal do Brasil.

O evento, organizado sob os auspícios do Tribunal de Contas da União (Brasil), teve como lema "A Contribuição da Governação para a Melhoria da Administração Pública e o Desenvolvimento Nacional".

A participação do gestor do Pro PALOP-TL ISC nesse evento permitiu entre outros:

- **Apresentar** o Pro PALOP-TL ISC aos membros da organização e planificar as ações conjuntas para o desenvolvimento de capacidades das ISC PALOP-TL .
- **Coordenar** uma série de sessões de trabalho com os técnicos do TCU (ISC Brasil) e do TCPT (ISC Portugal) que permitiram afinar as notas conceptuais, melhor identificar as atividades a financiar, elaborar os orçamentos indicativos e acordar sobre os procedimentos e regras para o financiamento das ações.
- **Acordar** com a OISC/CPLP o Plano de Atividades de reforço das capacidades das ISC dos PALOP e Timor-Leste para o período 2015-2016 a ser financiado no quadro do Pro PALOP-TL ISC

De realçar que deste encontro saiu a **DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA** que integra diferentes recomendações a fim de aperfeiçoar o papel das ISC na promoção da boa governança pública.

Mais informações em
<http://www.oiscspl.org/cplp/inicio.htm>

FORMULAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO. DESAFIOS E RESULTADOS

O Pro PALOP-TL ISC passou por um longo e consistente processo de formulação, marcado por uma metodologia sistematizada e inclusiva que evoluiu paulatinamente de uma aprofundada análise documental dos principais relatórios e indicadores sobre a governação económica e gestão das finanças públicas caracterizadores dos países beneficiários, para uma avaliação sistematizada das capacidades institucionais, humanas e financeiras de cada uma das instituições beneficiárias para o exercício eficaz do controlo externo e fiscalização das contas públicas nos PALOP e em Timor-Leste.

Tratou-se de um trabalho que permitiu consultar e envolver **24 parceiros institucionais** (Instituições Superiores de Controlo, Parlamentos, Ministérios das Finanças e Organizações da Sociedade Civil) **em 6 diferentes países** em sessões aturadas de formulação de planos operacionais de trabalho.

Num período de cerca de 9 meses foram concebidos de forma participada e inclusiva 18 Planos de Trabalho Anuais, cerca de 198 atividades, aproximadamente 396 resultados de atividades, mais de 1,118 ações, promovendo o desenvolvimento de capacidades, a promoção de trocas de experiências, a aprendizagem entre pares, e a cooperação sul-sul inter-institucional nos PALOP e em Timor-Leste.

Este sólido processo de conceção e identificação de necessidades esteve ao serviço de uma visão e estratégia que faz da cooperação inter-institucional sul-sul, a troca de experiências e aprendizagem entre pares os principais instrumentos para o desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais.



"Ação de planificação na Assembleia da República em Maputo, Mozambique"

PRO PALOP-TL ISC APOIA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE NA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA E PARLAMENTAR (SILP)

A Assembleia Nacional de Cabo Verde já dispõe de um Centro de Informática que permitirá, entre outros, a **tramitação digital da atividade parlamentar**, a **automatização de processos**, a **votação eletrónica**. O sistema permite gerir e publicitar de forma integrada e automatizada a informação produzida pela atividade parlamentar, tendo como objetivo principal tornar esta Casa parlamentar mais aberta e acessível aos cidadãos.

O referido Centro, inaugurado pelo Presidente da Assembleia Nacional, Basílio Mosso Ramos, no dia 23 de Outubro, e que contou com a presença do Chefe de Delegação da União Europeia, Embaixador José Manuel Pinto Teixeira, e da Coordenadora do Sistema das Nações Unidas e Representante em Cabo Verde, Ulrika Richardson, integra o processo da Reforma do Parlamento cabo-verdiano em matéria de comunicação e novas tecnologias, iniciado em 2011.

Este Centro utiliza para seu funcionamento o sistema de informação SILP, uma aplicação web que possibilita a tramitação digital da atividade parlamentar, inspirada no **BUNGENI** – uma aplicação desenvolvida por técnicos do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU (UN/DESA) plano de Acção i-Parliament para África. A implementação sustentada do SILP está a ser apoiada pelo Pro PALOP-TL ISC, em outros países beneficiários, constando entre os seus objetivos:

1. O **Desenvolvimento** dos fluxos de atividade parlamentar
2. A **Formação** de funcionários e parlamentares na utilização do referido sistema
3. A **Modernização** das infra-estruturas informáticas da Assembleia Nacional

De realçar que no mesmo dia, o Acordo de implementação do SILP foi rubricado pelo Vice-Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Assembleia Nacional em Cabo Verde, Dr. Júlio Correia, e pela Coordenadora do Sistema das Nações Unidas e Representante Residente do PNUD em Cabo Verde, Ulrika Richardson.



O PLANO DE TRABALHO DE MOÇAMBIQUE ARRANCA EM FORÇA COM A PARTICIPAÇÃO DE QUADROS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO NOS ENCONTROS PROMOVIDOS PELA AFROSAI-E



O Tribunal Administrativo (TA) de Moçambique, com o apoio do Pro PALOP-TL ISC, participou em dois encontros organizados pela Organização Africana das Instituições Supremas de Controlo dos Países de Expressão Inglesa (AFROSAI-E) em Joanesburgo, África de Sul.

De 17 a 21 de Novembro, cinco auditores do TA participaram no Workshop de Refrescamento em Auditoria de Desempenho e de Regularidade.

A auditoria de desempenho permite o acompanhamento e a avaliação independente da ação governamental, a nível da implementação de programas, da execução de projetos e atividades, da gestão de sistemas e da administração de órgãos e entidades, tendo em vista a utilização mais económica dos recursos públicos, a eficiente geração de bens e serviços, o cumprimento das metas programadas e o efetivo resultado das políticas governamentais.

Entre as matérias abordadas neste Workshop, para além da auditoria de desempenho figurou ainda o programa de liderança da AFROSAI-E e recursos humanos, que servirá de input para a estratégia de profissionalização da carreira de auditores públicos em Moçambique.

Este evento aconteceu após a realização da IX Reunião Anual de Atualização Técnica que também decorreu em Joanesburgo, entre os dias 10 e 14 de Novembro corrente, e no qual o TA fez-se representar por três auditores.

O objetivo desta Reunião Anual, que contou com a presença de 91 delegados dos países membros, parceiros institucionais e outros representantes internacionais, foi de atualizar os membros das ISC sobre as principais conclusões e recomendações dos seminários realizados ao longo deste ano.

PRO PALOP-TL ISC. UMA PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E O PNUD AO SERVIÇO DOS PALOP-TL

Entrevista do Exmo Sr. Embaixador da União Europeia em Cabo Verde, Dr. José Manuel Pinto Teixeira



1. O que representa este projeto para a União Europeia, tendo em particular atenção o âmbito da cooperação com os países PALOP/Timor-Leste?

Este projeto tem importância para a União Europeia por vários motivos, mas sobretudo por ser, por um lado, um projeto de cooperação entre os países PALOP e Timor-Leste, portanto os países ACP de expressão portuguesa, tratando-se dessa forma de mais um projeto que viabiliza uma cooperação sul-sul entre estes parceiros que têm uma história, uma cultura e uma experiência partilhada. Por outro lado, o facto deste projeto pretender capacitar as instituições de controlo das finanças públicas, os parlamentos e também da sociedade civil é um passo importante na consolidação das democracias nestes países, e também um passo importante para o desenvolvimento duma cultura de prestação de contas e de monitoria de utilização dos fundos públicos para o benefício das populações.

2. No seu entender qual é o papel das administrações públicas e instituições superiores de controlo no funcionamento efetivo do sistema político e, mais concretamente, para o desenvolvimento duma sociedade mais inclusiva e livre da corrupção?

Estas instituições de controlo jogam um papel muito importante na consolidação dos sistemas democráticos. Portanto, os legítimos eleitos que estão a dirigir os gover-

nos dos países gerem fundos públicos de acordo com um programa que está nos orçamentos dos Estados respetivos e também nos programas do governo, sendo portanto necessário que instituições independentes do governo tenham a possibilidade de monitorar a utilização destes fundos no respeito das leis vigentes, em termos nomeadamente de contratação pública de identificação de prioridades, de cumprimento dos programas do governo, bem como de dar respostas às aspirações das populações. É neste sentido que as três vertentes, tribunais de contas, parlamentos e sociedade civil participando na sua capacitação através deste projeto poderão melhor desempenhar estas tarefas.

3. No seu entender como este projeto pode contribuir para fortalecer a parceria entre a União Europeia e os PALOP/Timor-Leste?

A parceria entre os parceiros PALOP e Timor-Leste e a União Europeia que é já de longa data, tem agora mais de 20 anos e numerosas áreas de interesse, fica enriquecida com este projeto. Este projeto permite alargar a cooperação entre os PALOP e Timor-Leste a um domínio novo na cooperação tradicional com a União Europeia, nomeadamente nas áreas de capacitação das Instituições para o controlo do uso dos fundos públicos, tanto a nível de instituições como os tribunais de contas, parlamentos e ainda sociedade civil. Trata-se, portanto, de uma nova área de cooperação e de mais um passo importante para a canalização de meios para estes países nestas respetivas áreas e também para lhes permitir trocar experiências e melhor harmonizar as formas de atuação destas instituições. E isto é obviamente algo que a União Europeia considera bastante importante nos processos de desenvolvimento destes países.

This publication has been produced with the assistance of the European Union. The contents of this publication are the sole responsibility of the Pro PALOP-TL ISC and no way be taken to reflect the views of the European Union.

Entrevista da Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, Ulrika Richardson



1. No seu entender como este projeto pode contribuir para fortalecer a parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a União Europeia?

Este projeto é mais um exemplo da excelente colaboração entre o Cabo Verde, PNUD e a União Europeia. Se cada um de nós refletisse no que poderia vir a ser amanhã, num mundo globalizado, o motor de transformação e mudança económica, social e ambiental, eu noto com satisfação que trabalhamos juntos em prol do desenvolvimento social. Um desenvolvimento que valorizam as capacidades institucionais e a boa governação, que reforçam a inclusão dos atores da sociedade civil e da comunidade nacional e internacional em geral. O projeto visa desenvolver as capacidades dos atores nacionais de forma eficaz, colocando a cooperação sul-sul interinstitucional e a aprendizagem entre pares no centro das metodologias de capacitação e de uma estratégia ancorada no partilhado património cultural, legal e humano que caracteriza o espaço PALOP-TL. Esta abordagem representa um bom exemplo de parceria entre a União Europeia e o PNUD num domínio crítico para a promoção do Desenvolvimento e dos Direitos Humanos, pois ambas instituições têm colocado a promoção da **democracia e boa governação** no primeiro plano como pilares dos seus respetivos quadros de cooperação globalmente. Estas duas instituições têm um quadro estruturado de parceria estratégica global com um longo historial de sucesso e relevante impacto nos mais diversos domínios, particularmente na promoção da governação democrática que beneficia enormemente com as realizações do Pro PALOP-TL ISC que vem sendo considerado como uma boa prática, com uma abordagem muito inovadora que permite o empoderamento e o eficaz desenvolvimento de capaci-

dades dos beneficiários num domínio tradicionalmente hermético e de difícil acesso, como é o caso do controlo externo das contas e despesas públicas. Os resultados e as lições aprendidas neste projeto servirão para reforçar o sistema de prestação de contas e controlo externo independente das finanças públicas nos países beneficiários, com evidentes repercussões positivas para a visibilidade mais estratégica do trabalho global da União Europeia e do PNUD

2. No seu entender qual é o papel das administrações públicas e instituições superiores de controlo no funcionamento efetivo do sistema político e, mais concretamente, para o desenvolvimento duma sociedade mais inclusiva e livre da corrupção?

Ao longo das últimas décadas, as Nações Unidas vêm propondo um conjunto de princípios-chave para a boa governação pública: a prestação de contas, a eficiência, a transparência e a qualidade na gestão da coisa pública, uma administração pública centrada no interesse e participação dos cidadãos, e a igualdade entre homens e mulheres entre outros. O trabalho das administrações públicas para assegurar a boa governação nas democracias contemporâneas passa muito por assegurar esses princípios numa resposta eficaz às demandas dos cidadãos que passam a estar no centro das políticas públicas. E são as Instituições Superiores de Controlo, Tribunais de Contas e Parlamentos e a sociedade civil bem como o público em geral, que asseguram que as respostas das administrações públicas correspondem às demandas dos cidadãos, num continuum de inter-relações complexas que pressupõem simultaneamente cooperação e controlo independente. O impacto dessas inter-relações no funcionamento efetivo do sistema político e no desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, justa e livre da corrupção vai depender da capacidade que as Instituições Superiores de Controlo terão de evoluir do mero controlo da legalidade dos atos do executivo e suas contas, para a avaliação e o controlo da eficácia, transparência e qualidade nas escolhas das políticas públicas, sua implementação e administração. Esta evolução é, na minha opinião, um elemento fundamental para o funcionamento efetivo do sistema político e, em última instância, para a justiça, paz social e o desenvolvimento humano sustentável.

This publication has been produced with the assistance of the European Union. The contents of this publication are the sole responsibility of the Pro PALOP-TL ISC and no way be taken to reflect the views of the European Union.



"Ética e Deontologia Profissional na Auditoria Pública" foi o tema de uma formação destinada aos profissionais do Tribunal de Contas de Cabo Verde (TCCV), que decorreu de 29 a 31 de Outubro, na cidade da Praia.

A formação teve como objetivos:

- **Identificar**, em termos gerais, os princípios éticos e de deontologia profissional aplicáveis à auditoria pública e, em particular, os instituídos pelas normas diretrizes para o controlo interno do setor público (INTOSAI), bem como a sua respetiva aplicabilidade.
- **Propor** um conjunto de práticas, para aplicação e avaliação, que devem enformar a conduta dos profissionais do TCCV e motivá-los para o seu cumprimento, assim como.
- **Socializar e recolher** subsídios sobre a proposta de código de ética do TCCV.



A cerimónia de abertura foi presidida pelo Chefe de Delegação da União Europeia, Embaixador José Manuel Pinto Teixeira, pelo Presidente do TCCV, José Carlos Delgado, e pela Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas e Representante Residente do PNUD em Cabo Verde, Ulrika Richardson.

Esta formação, realizada no quadro do Pro PALOP-TL ISC e ministrada por uma formadora do Tribunal das Contas de Portugal, teve uma duração de três dias e contou com módulos que abordaram questões como a importância da ética, os principais desafios e as boas práticas nas instituições superiores de controlo, sendo dirigida aos membros, dirigentes, técnicos do TCCV.

Confira o vídeo que resume esta formação de capacitação em:

<http://youtu.be/INd5VukVG8>



AUDIÇÃO PARLAMENTAR MULTIPARTIDÁRIA NO SETOR DA JUSTIÇA EM CABO VERDE



O salão de banquetes da Assembleia Nacional, acolheu no dia 23 de Julho uma **Audição Parlamentar Multipartidária pública** realizada com o apoio do Pro PALOP-TL ISC.

Esta Audição teve como objetivo encontrar conjuntamente as melhores soluções em relação ao Orçamento para 2015 e anos subsequentes para o sector da Justiça, bem como capacitar os Deputados para os Debates das Propostas do Orçamento do Estado e a fiscalização da sua execução. Durante a Audição foram auscultadas as seguintes personalidade e entidades:

- O Ministro da Justiça, José Carlos Correia
- O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Arlindo Medina
- O Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Teresa Évora
- O Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, Óscar Tavares

Esta sessão foi organizada pela Comissão Especializada de Assuntos Jurídicos Direitos Humanos e Comunicação Social (CEAJDHCS) e contou ainda com a participação de alguns Deputados membros da Comissão Especializada de Finanças e Orçamento. A abertura dos trabalhos foi feita pelo presidente da CEAJDHCS, o deputado Clóvis Silva, que fez um enquadramento desta Audição multipartidária enquanto sessão de trabalho parlamentar, seguindo-se uma intervenção para cada entidade presente com uma ronda de perguntas e respostas.

De realçar que esta ação foi precedida de missões ao terreno na cidade da Praia e em São Vicente que permitiram recolher informações sobre o orçamento e a despesa pública ao nível das comarcas. Todas estas ações foram realizadas com o apoio do Pro PALOP-TL ISC, no quadro dos Planos de Trabalhos Anuais do Projeto para o arquipélago.



REDE DE PARLAMENTARES PARA A POPULAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE EFETUA VISITAS NO TERRENO AS ILHAS DE SAL E S. ANTÃO



Entre Julho e Dezembro de 2014, a Rede de Parlamentares para a População e o Desenvolvimento efetuou uma série de visitas ao terreno, com o apoio do Pro PALOP-TL ISC. Durante a primeira visita, realizada na ilha de Santo Antão e enquadrada no âmbito das celebrações do dia mundial da população, dia 11 de Julho, a referida Rede realizou durante três dias dois Workshops e vários encontros com a população de algumas localidades rurais da Ilha com temas pertinentes e da atualidade, tais como:

1. O impacto da gravidez precoce, do consumo do álcool e outras drogas na taxa do abandono escolar
2. Visão atual da violência e do abuso sexual na infância e na adolescência;
3. Saúde Sexual Reprodutiva: Saúde da mulher (como prevenir o Câncer de Mama e do Colo do Útero)
4. O papel das Mulheres Rurais na Luta Contra a Pobreza.

Estes dias permitiram aos membros de efetuar as seguintes atividades:

1. Encontrar as instituições de saúde ligadas a essa problemática de modo a inteirar-se da situação na Ilha do Sal
2. Fiscalizar a aplicação da Lei nº 19/VII/2007, que regula os aspetos ligados à prevenção, tratamento e controlo do VIH/Sida, conhecer os constrangimentos e recolher subsídios para a sua melhoria
3. Socializar a Lei em referência e sensibilizar a população da Ilha do Sal para os cuidados a ter para não contrair a doença

O desenvolvimento destas ações permitiram à referida Rede reforçar a sua capacidade de fiscalização das políticas, das metas e das dotações orçamentais do Executivo no domínio da proteção das populações mais desfavorecidas, em particular das mulheres e dos jovens.

Esta delegação parlamentar foi recebida em audiência pelos Presidentes das Câmaras Municipais da Ilha de Santo Antão nos três concelhos.

A segunda destas visitas, realizada entre os dias 30 de Novembro e 02 de Dezembro, contemplou à ilha do Sal, sendo enquadrada no âmbito do dia mundial de combate contra o VIH-SIDA, dia 1 de Dezembro.



@Inforpress

CALENDARIO DAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES NACIONAIS – JANEIRO|MARÇO 2015

Angola (Fevereiro): Elaboração do PTA 2015-16 para a Assembleia Nacional e Formulação e publicação do Apelo a Candidaturas para propostas de formação de auditores nos domínios das Finanças Publicas, Auditoria e Macroeconomia.

Cabo Verde (Março): Formação do Ministério das Finanças no domínio da orçamentação com base em resultados e apoio para elaboração da lei-quadro do OE plurianual e com base em resultados

Guiné-Bissau (Março): Elaboração participada do Orçamento do Cidadão 2015 e apresentação pública/divulgação dos relatórios financeiros trimestrais

Moçambique (Fevereiro): Apoio para realização de uma auditoria de desempenho no sector das indústrias extrativas e formação no domínio de procurement de grandes contratos para o TAMOZ

São Tome e Príncipe (Março): Elaboração do Plano Estratégico da Assembleia Nacional e apoio para a melhoria das condições técnicas, transparência e acessibilidade do trabalho das Comissões Parlamentares aos cidadãos

Timor-Leste (Fevereiro): Formações de auditores em auditoria de aprovisionamento público e de ambiente informatizado e Organização de conferência nacional sobre transparência orçamental, controlo externo e fiscalização parlamentar do ciclo orçamental

Atividades Transversais (Continuada): (1) Formulação do Programa de Apoio a Sociedade Civil nos PALOP e em Timor-Leste para uma maior e melhor participação pública no processo orçamental; (2) Apoio técnico especializado aos parlamentos para reforço sustentável das capacidades de análise de informação fiscal e orçamental

PRO PALOP-TL ISC 2015: GRANDES EVENTOS

Cabo Verde, 9-13 Março: Seminário de Alto Nível sobre fiscalização legislativa do ciclo orçamental nos PALOP e em Timor-Leste e o caso particular da Fiscalização das Contas dos Partidos Políticos – a experiência do Brasil e o caso prático da “Lei Ficha Limpa”. Seminário realizado sob o Alto Patrocínio da Assembleia Nacional e o Tribunal de Contas de Cabo Verde, coorganizado com o Instituto do Banco Mundial e com a participação do TSE/TCU.

Guiné-Bissau, Maio-Junho: Formação de formadores SAI-PMF para auditores das ISC dos PALOP e de Timor-Leste no quadro da OISC|CPLP. Formação realizada sob o Alto patrocínio do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau, coorganizada com a OISC|CPLP e com o apoio técnico do TCU Brasil.

Brasil, Setembro-Outubro: Formação e-Learning e Presencial em auditoria de desempenho para auditores das ISC dos PALOP e de Timor-Leste. Formação realizada sob o Alto Patrocínio do TCU Brasil, coorganizada com a OSIC|CPLP e com o apoio do TCU Brasil.

Guiné-Bissau, Novembro-Dezembro: Seminário de Alto Nível sobre a participação do Público no processo orçamental e o acompanhamento informado das despesas e contas públicas. Organização do seminário em discussão com a Parceria Internacional sobre o Orçamento Aberto/Iniciativa sobre o Orçamento Aberto.

LINKS

COOPERAÇÃO PALOP e TIMOR-LESTE / UE



<http://cooperacao.palop-tl.eu/>



2015
Ano Europeu do
Desenvolvimento

<https://europa.eu/eyd2015/>



<http://un.cv/>



<http://www.agora-parl.org/>



<http://afrosai-e.org.za/>



www.oiscclp.org/cplp



www.crefiaf.org



<http://www.idi.no/artikkel.aspx?Mid1=4&Aid=395>



<http://internationalbudget.org/>



Pro PALOP-TL ISC

Projeto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste

This publication has been produced with the assistance of the European Union. The contents of this publication are the sole responsibility of the Pro PALOP-TL ISC and no way be taken to reflect the views of the European Union.

Pro PALOP TL NEWS é uma publicação trimestral do Projeto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das ISC, Parlamentos e CSO para o controlo das finanças publicas nos PALOP e Timor-Leste, financiado inteiramente pela União Europeia e implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Por PALOP-TL ISC página Facebook: <https://www.facebook.com/propalop.tl>

EQUIPA

O Pro PALOP - TL ISC é composto por uma Unidade de Gestão de Projecto, baseada no escritório-sede das Nações Unidas em Cabo Verde: Ricardo Godinho Gomes, **Program Manager**; Maria Jesus Andrade, **Senior National Adviser**; Isaura Lopes Ramos, **Communications Officer**; Andre' Delgado, **Programme Associate**; Javier Arturo Hernández, **Newsletter Design Layout**.